ECONOMIA

Aposentadoria para 840 mil

AJ13478

LEONARDO BICALHO/AT

Eunice Barcelos gostou da idéia de poder garantir o dinheiro da aposentadoria

Emenda aprovada no Congresso garante aposentadoria para quem está no mercado informal

Uma contribuição de R$ 15 por mês aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo prazo mínimo de cinco anos, poderá tirar da informalidade cerca de 42 milhões de trabalhadores brasileiros, – sendo cerca de 840 mil no Espírito Santo – dentre donas-de-casa, camelôs, vendedores, entre outros.

A aposentadoria para estas categorias já está garantida, já que na última quarta-feira foi assinada a Emenda Constitucional 47 pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, criando estas categorias.

As regras - idade mínima, valor da alíquota, prazo de contribuição e outros dados - ainda terão que ser fixadas pelo governo, que deverá apresentar novo projeto ao Congresso para estabelecer como o sistema vai funcionar.

A notícia já está sendo bem vista pelos trabalhadores informais, que sonham em receber, após alcançar a idade de 60 e 65 anos (mulheres e homens, respectivamente), um salário mínimo do governo federal pelos anos de contribuição.

Célia Eunice Barcelos, 30 anos, que é camelô no centro de Vitória, disse que, assim que as regras forem aprovadas, pretende pagar mensalmente sua aposentadoria.

"Acho que vale a pena. Teve uma época em que comecei a pagar, mas era muito caro e depois parei. É bom saber que teremos um dinheiro no futuro", disse Célia, que já trabalha no ramo há 13 anos.

Essa é a mesma opinião do trabalhador Ismar Barbosa de Oliveira, 40 anos, que há 20 anos vende mercadorias nas ruas do centro da capital.

"Vale a pena contribuir. Eu só tenho receio porque eu não sei se depois eu vou receber o dinheiro", destacou.

Especialistas do setor destacam, entretanto, que ainda não há uma data para começar a vigorar as novas regras. Isso depende ainda da aprovação, no Congresso, de uma instrução normativa ao INSS.

O advogado Wladimir Novaes Martinez, especialista em legislação previdenciária, ressaltou que, no futuro, o pagamento desses benefícios deverá pressionar ainda mais o elevado déficit do órgão, que de janeiro a maio deste ano estava em R$ 12,943 bilhões.

Ele estimou que, caso o tempo mínimo de contribuição seja estipulado em cinco anos, e que pelo menos, 10 milhões de trabalhadores possam contribuir para a Previdência, a partir de 2011, as despesas do INSS aumentariam em R$ 3 bilhões por mês (levando em conta o salário mínimo de R$ 300).

SAIBA MAIS

- Trabalhadores de baixa renda e sem renda própria deverão contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com cerca de 5% sobre o valor do salário mínimo, ou seja, R$ 15 por mês, caso o cálculo fosse feito tendo como base o salário vigente hoje (R$ 300).
- O tempo mínimo de contribuição deverá ser de cinco anos, enquanto que a idade mínima para se aposentar deve ser fixada em 60 anos, para mulheres, e 65 anos, para homens.
- Essa medida deve abranger cerca de 42 milhões de brasileiros, que hoje não contribuem para a Previdência Social, dos quais 840 mil estariam no Espírito Santo, entre donas-de-casa, camelôs, vendedores de porta em porta, entre outros.
- O direito ao benefício foi assegurado pela Emenda Constitucional 47, que agora terá que ser regulamentada.

Grevista quer nova proposta

SÃO PAULO – Se o governo federal não fizer uma nova proposta, em termos salariais, os funcionários do INSS não vão acabar com a greve, que hoje completa 37 dias.

A previsão é de José Rubens Decares, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência (Sinsprev) do Estado de São Paulo, ao analisar as propostas do governo até agora.

"Se o governo não oferecer uma proposta melhor, não temos como acabar com a greve. Não é radicalização da nossa parte. Fomos obrigados a fazer a greve porque a proposta inicial de reajuste, de 0,1%, não tinhas condições de ser aceita pela categoria."

Decares diz que as perdas da categoria de 1995 até agora são muito grandes - passam de 60%, sendo 18% só no governo Lula.

Nem mesmo a proposta de destinar R$ 140 milhões para a categoria, como gratificação de produtividade, animou os servidores.

Decares diz que há dois aspectos negativos na proposta: o dinheiro só viria no próximo ano e não seria incorporado ao salário. "Isso dá pouco mais de R$ 135 por mês por servidor, o que é pouco. Além disso, por ser baseado na produtividade, esse valor pode ser reduzido ou retirado."

De acordo com o governo federal, greve atingiu o atendimento de 27,87% (327) das agências da Previdência Social do País. As outras 846 agências, que representam 72,13% do total, prestaram serviços ao segurado da Previdência, mesmo que de forma parcial.

"Das agências abertas, 517 - ou 44,08% - funcionaram normalmente e as outras 329 - que equivalem a 28,05% - tiveram o funcionamento parcial com o oferecimento do serviço de perícia médica, por exemplo", anunciou a Diretoria de Recursos Humanos do INSS.